

**Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Assurance Services Ltda.**  
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários  
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil  
Caixa Postal 3310  
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700  
Fax 55 (31) 2128-5702  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Conselheiros e aos diretores da  
**Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**  
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Companhia mantém registrado a título de adiantamento a fornecedor no ativo não circulante o montante de R\$1.906, cujo contrato foi rescindido e a recuperabilidade desse montante vem sendo discutida com a seguradora contratada à época da operação. No entanto, nossos procedimentos revelaram a necessidade de constituição de provisão a valor recuperável em igual montante, considerando as premissas e exigências apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados naquele valor.

### **Opinião com ressalva**

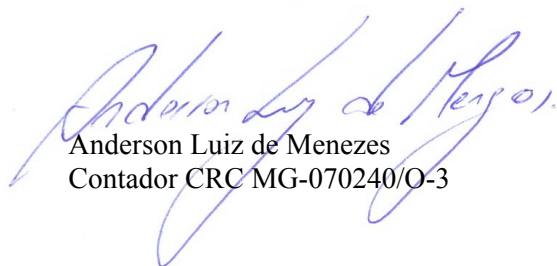
Em nossa opinião, exceto pelo efeito descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de março de 2013, que não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 4 de abril de 2014

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/O-4 F-CE



Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

## Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.403	2.714	Empréstimos	7	6.143	-
Impostos a recuperar		55	12	Fornecedores e outras contas a pagar		423	109
Outros ativos		49	51	Encargos tributários		33	4
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>7.507</b>	<b>2.777</b>	Encargos trabalhistas		20	-
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.619</b>	<b>113</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	10		
Outras contas a receber	5	1.906	-	Capital social		19.412	5.412
Imobilizado	6	16.157	2.555	Prejuízo acumulado		(461)	(193)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>18.063</b>	<b>2.555</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>18.951</b>	<b>5.219</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>25.570</b>	<b>5.332</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>25.570</b>	<b>5.332</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2013	2012
Despesas administrativas	11	(477)	(181)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(477)</u>	<u>(181)</u>
Receitas financeiras	13	<u>209</u>	<u>120</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><b>(268)</b></u>	<u><b>(61)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	2013	2012
Prejuízo do exercício	(268)	(61)
Resultados abrangentes	_____	_____
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(268)</u></u></b>	<b><u><u>(61)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>		10	(132)	(122)
Contribuições e distribuições para os acionistas				
Emissão de ações ordinárias		5.402	-	5.402
Resultado do exercício		-	(61)	(61)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>5.412</b>	<b>(193)</b>	<b>5.219</b>
Contribuições e distribuições para os acionistas				
Emissão de ações ordinárias	10	14.000		14.000
Resultado do exercício			(268)	(268)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>19.412</b>	<b>(461)</b>	<b>18.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	(268)	(61)
Ajustes para:		
Depreciação	7	
(Aumento)/diminuição de impostos a recuperar e outros ativos	(1.947)	158
Aumento do contas a pagar e outros passivos	363	43
	<u>(1.845)</u>	<u>140</u>
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>		
	<u>(1.845)</u>	<u>140</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Pagamento de imobilizado	<u>(13.609)</u>	<u>(2.010)</u>
	<u>(13.609)</u>	<u>(2.010)</u>
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>		
	<u>(13.609)</u>	<u>(2.010)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Aporte de capital de acionistas	14.000	5.402
Empréstimos e debêntures	<u>6.143</u>	<u>(3.205)</u>
	<u>20.143</u>	<u>2.197</u>
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>		
	<u>20.143</u>	<u>2.197</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>4.689</u></b>	<b><u>327</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.714	2.387
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>7.403</u>	<u>2.714</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>4.689</u></b>	<b><u>327</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de Fortaleza, Ceará, e tem por objetivo:

- (i) O desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia eólica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas.
- (ii) A comercialização de energia elétrica gerada nesses empreendimentos.
- (iii) A realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamentos, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.
- (iv) A participação em sociedades cujo objeto inclua os listados acima.

A Servtec Investimento e Participações Ltda. (“Servtec”) e a Rio Bravo Energia I Fundo de Investimento em Participações (“FIP Energia I”), por meio da Brave Winds Geradora II S.A., são os acionistas (“Acionistas”) da GEBVS I, com 50,00% cada uma.

A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento e implantação de projeto para a geração de energia elétrica proveniente de geradores eólicos, para posterior comercialização. Em 2013, a Companhia obteve todas as autorizações e licenças ambientais necessárias para implantação do parque eólico e, em dezembro de 2013, deu início à construção do empreendimento, conforme Nota Explicativa nº 6. A previsão para início da operação comercial é novembro de 2014.

#### a. Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, com potência instalada de 22 MW. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da Respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012

Em 12 de setembro de 2013, a Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. protocolou Pedido de Alteração de Outorga com a ANEEL devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores.

#### b. Contrato de comercialização

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final do contrato
EOL Malhadinha I	150.120	98,95	01/07/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

Em 26 de julho de 2013, a Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. enviou à ANEEL pedido de postergação do início de Operação Comercial em virtude de ações atribuíveis a terceiros, tais como atrasos na emissão da Licença Ambiental, na obtenção do REIDI e na assinatura do Contrato de Energia de Reserva (CER); todavia, até a emissão destas demonstrações financeiras, a Administração não obteve retorno formal quanto ao deferimento do pedido. A previsão para início da operação comercial é o mês de novembro de 2014.

**c. *Custo de implantação***

O custo total do projeto está orçado em R\$ 116,856 mil, e os recursos necessários para a conclusão do empreendimento estão previstos para serem originados das seguintes fontes:

Origem	Valor (mil)	%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	55,0	47,1
Recursos próprios	53,0	45,3
Debêntures incentivadas	8,0	6,8
Receita financeira	0,9	0,8
	116,9	100%

Em 20 de março de 2012, o projeto foi enquadrado para análise da viabilidade do apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade Project Finance. Entretanto, devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores e da consequente alteração na modalidade de contratação de *full* EPC para contratação de fornecimento dos aerogeradores e BOP civil e eletromecânico, foi necessária a solicitação de novo enquadramento.

Em 7 de janeiro de 2014, o BNDES enquadrrou novamente o projeto já considerando os contratos vigentes para implantação do parque eólico.

**d. *Outros aspectos relevantes***

***REIDI***

Com relação aos tributos de competência federal, o Projeto está enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando suas aquisições de bens do ativo e contratações de serviços do PIS-Importação e da COFINS-Importação, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao Projeto.

***Licença ambiental e autorizações***

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque.

A emissão da Licença de Instalação (“LI”) do Parque foi emitida em 24 de outubro de 2013. Em 22 de agosto de 2013, foi emitida a Licença de Instalação nº 167/2013 da Linha de Transmissão do parque com validade até 21 de agosto de 2016.

*Enquadramento do projeto como prioritário*

Em 5 de dezembro de 2013, foi publicado no DOU a Portaria nº 425 emitida pelo MME aprovando como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha 1, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

**e. Administração e governança**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de anos.

O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes.

## **2 Base de preparação**

**(a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 4 de abril de 2014.

**(b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**(c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Quando existentes, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### *(i) Ativos financeiros não derivativos*

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### *(ii) Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo.

##### *(iii) Recebíveis*

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Quando existentes, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber.

##### *(iv) Passivos financeiros não derivativos*

Quando existentes, a Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(v) *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo quando aplicável.

**b. Imobilizado**

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os itens referentes a imobilizado em construção e/ou em andamento que ainda não constam em operação foram registrados como ativo.

(ii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

- |   |           |
|---|-----------|
| • Máquinas e equipamentos               | 10 anos   |
| • Equipamentos e processamento de dados | 5 anos    |
| • Móveis e utensílios                   | 10 anos   |
| • Benfeitoria em imóveis de terceiros   | 12,5 anos |
| • Torres anemométricas                  | 25 anos   |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

*(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

*(ii) Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, os quais são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

**e. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e contraprestação contingente.

As despesas e as receitas que são atribuíveis a um ativo qualificável são apropriadas ao próprio ativo.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**g. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)***

A IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob a IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócio no qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração da IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

A IFRS 9 (2010 e 2009) é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção da IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bancos - conta movimento	1	-
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>7.402</u>	<u>2.714</u>
	<u>7.403</u>	<u>2.714</u>



- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em Reais, com remuneração fixada em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, sem ônus para a Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 14.

## **5 Outras contas a receber**

O valor de R\$ 1.906 (R\$ 0 em 2012), registrado no ativo não circulante, refere-se a adiantamento realizado a fornecedor, cujo contrato foi rescindido, e a recuperabilidade do valor vem sendo discutida pela Diretoria da Companhia. Neste contexto, uma provisão para perdas não foi constituída, uma vez que a negativa da Seguradora para indenização do adiantamento, segundo a Administração da Companhia, não está em consonância com os termos do contrato do seguro e/ou com as regras dessa espécie contratual insertas no Código Civil. Dessa forma, a Administração, com base em opinião de especialista do setor securitário e apoiada em parecer de seus consultores jurídicos, considera provável o recebimento da mencionada quantia em procedimento judicial, caso as tratativas em curso para solução amigável não prosperem. Mais detalhes sobre a exposição dos risco estão divulgados na Nota Explicativa nº 14.

## **6 Ativo imobilizado**

Em 2013, a Companhia iniciou a construção da Central Geradora Eólica - EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 16.157 (2012: R\$ 2.555). Incluídos neste valor estão capitalizados os custos de empréstimos durante a fase de construção.

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	2011	Adição	2012	Adição	2013
Máquinas e equipamentos	-	-	-	4	4
Equipamentos e processamentos de dados	-	-	-	11	11
Moveis e utensílios	-	-	-	21	21
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	-	-	31	31
Torres anemométricas	-	-	-	131	131
<b>Imobilizado em operação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>198</b>	<b>198</b>
Construção em andamento	45	913	958	2.051	3.009
Adiantamento para inversões em fixas	636	47	683	9.801	10.484
Custos na fase de implantação	(135)	1.049	914	1.559	2.473
<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>546</b>	<b>2.009</b>	<b>2.555</b>	<b>13.411</b>	<b>15.966</b>
Depreciação	-	-	-	(7)	(7)
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7)</b>	<b>(7)</b>
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>2.009</b>	<b>2.555</b>	<b>13.602</b>	<b>16.157</b>

## 7 Empréstimos

A Companhia possui empréstimo com o Banco Indusval com o fim de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento pode ser apresentado em 31 de dezembro de 2013:

Endividamento	Indexador	Juros (a.a.)	Contratação	Vencimento	Vlr. principal	Saldo dev.
CCB - Indusval	100% CDI	3,05%	21/10/2013	16/10/2014	6.000	6.143
<b>Total</b>	-	-		-	<b>6.000</b>	<b>6.143</b>

Como garantia desse empréstimo, o sócio Servtec Investimentos e Participações Ltda. ofereceu fiança no valor de 50% da dívida, e o acionista Brave Winds Geradora II S.A. e a Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações assinaram um Equity Support Agreement (ESA), a fim de garantir os outros 50% da dívida.

Para a construção do empreendimento de energia elétrica, a Companhia estima que aproximadamente 50% serão financiados pelo BNDES e, enquanto aguarda a liberação do empréstimo do BNDES, está sendo necessária a contratação de empréstimos de curto prazo realizados com base nas projeções de desembolso.

## **8 Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía causas cíveis, tributárias ou trabalhistas, que deveriam ser provisionadas, bem como causas cujo prognóstico de perda fosse considerável possível e que deveriam ser divulgadas.

### **Medida Provisória nº 627 e Instrução Normativa nº 1.397**

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação preliminar das disposições contidas na Medida Provisória nº 627 ("MP nº 627"), de 11 de novembro de 2013, e na Instrução Normativa nº 1.397 ("IN nº 1.397"), de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, bem como vem acompanhando as emendas apresentadas ao texto até sua conversão em Lei, e os respectivos efeitos sobre a Companhia.

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração somente irá avaliar a possibilidade de adoção antecipada, ou da não adoção antecipada, após a conversão da referida medida provisória em lei. Com base em avaliação preliminar, nenhum efeito relevante é esperado sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## **9 Prejuízos fiscais a compensar**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 461 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 193). Em face do momento não operacional da Companhia e da inexistência de histórico de rentabilidade nas operações sociais, não foi registrado contabilmente crédito de tributos diferidos.

## **10 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social da Companhia é composto por 39.626 ações que correspondem a R\$ 19.412 (14.840 ações em 2012 que correspondem a R\$ 5.412). Em 1º de julho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 14.000, com subscrição de 24.786 novas ações, totalizando 39.626 ações ordinárias.

Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A propriedade das ações comprovar-se-á pelo registro na conta de depósito das ações da Companhia, aberta em nome dos acionistas nos livros de instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e designada pelos acionistas. Qualquer transferência das ações será feita nos termos de eventual Acordo de Acionistas, mediante lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações de alienante e a crédito da conta de ações do adquirente de tais ações.

A venda, a oneração ou a alienação por qualquer forma de ações, direitos de preferência à subscrição de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações vinculam-se e estão sujeitas aos termos e às condições previstos na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas.

### **Política de dividendos e reservas**

Do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:

- (i) Haverá destinação para a constituição de reserva legal prevista na legislação aplicável.
- (ii) Do lucro remanescente, após as deduções e destinações do item (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.
- (iii) Ao saldo ainda remanescente será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração poderá propor para ratificação em Assembleia Geral o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente, que será considerado para todos os fins no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

## 11 Despesas por natureza

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos com pessoal	216	-
Gastos de infraestrutura	22	-
Despesas de viagem	11	2
Serviços de terceiros	152	123
Depreciação	7	-
Outras despesas administrativas	<u>69</u>	<u>56</u>
Total	<u><u>477</u></u>	<u><u>181</u></u>

## 12 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 284 (R\$ 0 em 2012).

### b. Outras transações com partes relacionadas

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Servtec Investimentos e Participações	10	13
Servtec Energia do Amazonas Ltda.	651	770
Rio Bravo Project Finance Asses. Emp. Ltda.	<u>103</u>	<u>495</u>
Total	<u><b>764</b></u>	<u><b>1.278</b></u>

Todas as transações com partes relacionadas são precificadas com base em condições acordadas entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano em curso ou ano anterior para dívidas incobráveis ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

### **13 Receitas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados**

As receitas financeiras são referentes às aplicações em bancos de primeira linha e são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

### **14 Gerenciamento dos riscos financeiros**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valores 2013		Valores 2012	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos				
Bancos e aplicações	7.403	7.403	2.714	2.714
Outras contas a receber	1.906	1.906	-	-
Outros ativos	104	104	63	63
Passivos				
Empréstimos	6.143	6.143	-	-
Fornecedores	423	423	109	109
Outras obrigações	53	53	4	4!

#### **Visão geral**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

#### ***Riscos de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

*(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações*

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

<b>Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras a curto prazo (*)</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
AAA (bra)	7.403	2.714

(\*) Conforme classificação de *rating* pela agência de risco Fitch Rating.

*(ii) Outras contas a receber*

A Companhia possui saldo a receber referente a um adiantamento a fornecedor assegurado por garantia securitária. Esse contrato foi rescindido, segundo a Administração, pela falta de capacidade de execução do trabalho do fornecedor. Após a rescisão contratual, a Administração requereu a garantia, na qual a seguradora recusou a pagar a indenização. A Companhia encontra-se em fase de cobrança amigável com perspectivas positivas de acordo com consultores jurídicos e securitários.

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Outras contas a receber	1.906	-

***Risco de liquidez***

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>A vencer em até 1 ano</u>		<u>Totais</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Empréstimos	6.143	-	6.143	-
Fornecedores e outras obrigações	476	113	476	113
<b>Totais</b>	<b><u>6.619</u></b>	<b><u>113</u></b>	<b><u>6.619</u></b>	<b><u>113</u></b>

***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para o ano de 2014, a Companhia acredita em risco de retração do mercado em razão da conjuntura econômica financeira do país e obteve liberação de novo empréstimo, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15, como forma de garantir a conclusão das obras na planta, que está em fase desenvolvimento, no prazo previsto.

## **15 Evento subsequente**

Em 31 de janeiro de 2014, o Banco Indusval liberou novo empréstimo no valor de R\$ 11 milhões, com a finalidade de garantir a conclusão das obras na planta, que está em fase de desenvolvimento, dentro do prazo previsto. A Companhia decidiu sobre a aquisição desse novo empréstimo assegurando a possibilidade de retração de crédito em 2014, conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 14 (risco de mercado), devido à situação econômica financeira no País. O recurso será aplicado em banco de primeira linha com remuneração de 100% da CDI.

\* \* \*

### **Diretoria**

Fabiana Diogenes

Paulo Granziera

### **Conselho de Administração**

Pedro Cunha Fiuza

Nelson Magalhães Graça

Fabio Okamoto

Cláudio Ferreira

Reginaldo Vinha

Lauro Fiuza Junior

Silvio Torquato Junqueira Filho

Juliana Cunha

### **Contadora**

Gizele Martins Ramos  
CRC SP MG 066.291/O-6